



Muito embora o decreto em foco preveja que o GTI-Plansab seja composto por representantes do Poder Executivo e de alguns Conselhos Nacionais (de Saúde, do Meio Ambiente, de Recursos Hídricos e de Desenvolvimento Urbano), a participação da sociedade civil poderá ser inviabilizada. Isso se dá, porque os conselhos albergam representantes não só dos setores público e privado, mas também da sociedade civil.

Ocorre que não há nenhuma garantia de que tais conselheiros sejam escolhidos entre os representantes da sociedade civil, uma vez que, nos termos do § 2º do art. 3º do Decreto nº 10.216/2020, *“os membros do GTI-Plansab e respectivos suplentes serão indicados pelos titulares dos órgãos e entidades que representam e designados pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional”*. Como a maioria desses conselheiros em geral advêm do Poder Público, será difícil a eleição de um representante da sociedade civil, a não ser em caso de consenso.

Isso contraria o princípio da proibição do retrocesso social e da ampla participação popular, que veda qualquer tipo de retirada de direitos socioambientais constitucionalmente consagrados. O objetivo de tal princípio é desautorizar medidas administrativas ou legislativas que sejam restritivas ou supressivas de direitos, como o de participação da sociedade civil em conselhos, comitês e outros órgãos consultivos e deliberativos da área socioambiental.

O que se observa, portanto, é o que dito decreto procura reduzir a transparência e o tolhimento da participação da sociedade civil nas decisões do colegiado, ficando comprometido o processo decisório do GTI-Plansab em função da falta da legitimação pela diminuição da participação popular nas decisões do Poder Público quanto a questões de saneamento básico. Ora, o Parlamento brasileiro não pode ser conivente com esse ato, devendo sustar as normas do Poder Executivo que extrapolem seu poder regulamentar, conforme mandamento insculpido no inciso V do art. 49 da Carta Magna.

Considerando, pois, que o Decreto nº 10.216, de 30 de janeiro de 2020, representa claro desrespeito à ordem constitucional, cabe ao

Congresso Nacional, com fundamento nos incisos V, X e XI do art. 49 da Lei Maior, sustar o referido ato.

Nessa esteira, respeitosamente, solicito o apoio dos nobres Pares objetivando aprovar este Projeto de Decreto Legislativo.

Sala das Sessões, em        de        de 2020.

Deputado JOSÉ GUIMARÃES

2020-461